

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)

luanapatriolino.df@dabr.com.br

Marcação a distância

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), está na China para uma viagem oficial, mas não se desligou das articulações em Brasília. Ele montou um gabinete para monitorar a discussão e a votação sobre a taxação dos fundos exclusivos e de offshores. A proposta seria votada ontem, mas os parlamentares decidiram adiar para a semana que vem e aproveitar o hiato de tempo para alterar alguns pontos do relatório do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Bola dividida

A possibilidade de Lula dividir a Companhia de Docas do Rio Grande do Norte (Codern), que faz a gestão de portos potiguaros e também de Alagoas, pode acirrar os ânimos na política. Isso porque tanto Lira quanto o senador Renan Calheiros (MDB-AL) querem comandar a estatal. Aliados do presidente já avisaram que não será possível agradar a gregos e troianos. A Codern tem um plano de investimento de mais de R\$ 30 milhões para este ano.

Lição do passado

O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, se reúne, hoje, com José Mariano Beltrame, no Rio de Janeiro, que foi secretário de Segurança Pública fluminense por mais de nove anos, entre 2007 e 2016, e enfrentou diversas crises na área. Entre elas, coordenou a retomada do Complexo do Alemão, em 2007, e foi um dos idealizadores das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). “Temos que buscar aprender com os que já trilharam o mesmo caminho que percorremos hoje”, disse Cappelli à coluna.

Com a bênção do sol

O Grupo Delta Energia informou que vai ampliar sua atuação em energia solar no Brasil. O plano de investimentos prevê a construção de fazendas solares com 110 megawatts-pico (MWp) de potência instalada, que devem entrar em operação até junho de 2024. Segundo a empresa, as usinas fotovoltaicas atuarão em nove estados do Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste, além do Distrito Federal. A previsão da companhia é atender cerca de 60 mil unidades consumidoras no país.

Foco na agenda econômica

Apesar das atenções voltadas para os desdobramentos do relatório da CPMI do 8 de Janeiro, associações, sindicatos e entidades da área do fisco estão em peregrinação no Congresso, desde o início da semana, em busca de entendimento pela reforma tributária. Os setores seguem insatisfeitos e temem perder com as mudanças a serem implementadas. Do mesmo lado aparecem os estados e municípios, que não estão totalmente de acordo com o projeto. Para os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a agenda econômica deve ser prioridade do Executivo.



Cheiro de (nova) derrota

A semana não está sendo nada fácil para o ex-presidente Jair Bolsonaro. Além do pedido de indiciamento pelo relatório da CPMI do 8 de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), marcou para os próximos dias 24, 26 e 31 o julgamento das ações que apuram as condutas do ex-chefe do Planalto nos atos de 7 de setembro de 2022. O MP Eleitoral defendeu a inelegibilidade de Bolsonaro — que já foi condenado por uso indevido dos meios de comunicação.

8 DE JANEIRO

Tentativa de enredar Lula e Dino

Voto em separado dos bolsonaristas não vê manobra golpista, mas sim uma trama para o atual governo tirar proveito político

» ALINE BRITO
» ÂNDREA MALCHER

Confirmando aquilo que estava anunciado, os bolsonaristas apresentaram, ontem, um voto em separado ao relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) para o fechamento dos trabalhos da CPMI do 8 de janeiro. Nenhum integrante do governo anterior foi incluído no documento dos opositoristas, que tentam enredar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) e o ex-diretor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias. Para o grupo, tratou-se de uma trama — e não uma tentativa de golpe — de incitação ao vandalismo contra as sedes dos Três Poderes a fim de tirar proveito político.

As chances de o voto em separado dos bolsonaristas ser aprovado são consideradas nulas, uma vez que a CPMI tem maioria governista. A ideia, porém é marcar posição contra o governo atual e tentar emparedar Eliziane e desacreditá-la — acusam-na de ajudar o general GDias no depoimento que prestou à comissão.

Em um documento de mais de 300 páginas, os bolsonaristas pediram pelo indiciamento de Lula, citado pelo menos 80 vezes no voto em separado, de Dino e de GDias. Mas eles não foram os únicos que, para os parlamentares alinhados com o ex-presidente, estariam envolvidos na suposta trama golpista do atual governo. Citam também o ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo Moura da Cunha; o coronel Klepter Rosa Gonçalves, ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), promovido pelo então interventor Ricardo Cappelli; e o tenente-coronel

Paulo José Ferreira de Souza Bezerra, ex-chefe interino do Departamento Operacional da PMDF.

O texto é assinado pelos deputados Abílio Brunini (PL-MT), Alexandre Ramagem (PL-RJ), André Fernandes (PL-CE), Marcos Feliciano (PL-SP), Maurício Marcon (Podemos-RS), Nikolas Ferreira (PL-MG) e Rodrigo Valadares (União-SE). Também respaldam o voto em separado os senadores Cleitinho (Republicanos-MG), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Damares Alves (Republicanos-DF), Eduardo Girão (Novo-CE), Esperidião Amin (PP-SC), Filipe Barros (PL-PR), Jorge Seif (PL-SC), Magno Malta (PL-ES) e Marcos Rogério (PL-RO).

“Esse relatório da relatora (Eliziane Gama) é muito mais uma fantasia do que um documento oficial. Muitas pessoas expostas, vidas arruinadas, muita narrativa, tudo isso para atingir um só homem: Jair Bolsonaro. Nós, da oposição, estamos apresentando esse relatório, porque ele restabelece a verdade. A verdadeira história do dia 8 de janeiro vai ser contada”, comentou Malta.

Para os bolsonaristas, as ações dos vândalos não poderiam ser consideradas um golpe, pois foram “democráticas e desejáveis em um Estado de Direito”. Afirma, ainda, que houve uma “visível instrumentalização dos atos de 8 de janeiro pelo governo Lula”.

“Durante a CPMI, por muitas vezes os parlamentares signatários deste voto em separado afirmaram e reafirmaram que a narrativa de golpe de Estado era absolutamente fantasiosa, pois se trata de crime impossível. Não se realiza golpe de Estado e nem se turba o exercício de poderes constituídos sem armas, sem qualquer apoio proveniente dos próprios poderes constituídos, e em um domínio”, diz o voto dos bolsonaristas.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Muitas pessoas expostas, vidas arruinadas, muita narrativa, tudo isso para atingir um só homem: Jair Bolsonaro. Nós, da oposição, estamos apresentando esse relatório, porque ele restabelece a verdade. A verdadeira história do dia 8 de janeiro vai ser contada”

Senador Magno Malta (PL-ES)

OS ALVOS PRINCIPAIS

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Para a oposição, o presidente deliberadamente deu as costas para a balbúrdia de janeiro. “No dia 8 de janeiro de 2023, Lula estava no município de Araraquara (SP), cujo prefeito é Edinho Silva (PT), ex-tesoureiro da campanha à reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff e ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (...). Apesar de o governo tentar esconder, este colegiado conseguiu descobrir que a Abin produziu e difundiu, entre os dias 3 e 8 de janeiro, nada menos do que 33 alertas sobre todos os riscos envolvidos nas manifestações de 8 de janeiro, sendo os 11 mais importantes repassados diretamente para o celular do general Gonçalves Dias”, diz o voto em separado.



Reprodução/YouTube SBT

FLÁVIO DINO

— O ministro da Justiça e Segurança Pública é acusado pelos bolsonaristas de se omitir diante de, segundo a oposição, uma fatura de evidências de que algo aconteceria em 8 de janeiro. “Na mesma linha de escamotear os fatos verdadeiramente ocorridos naquela semana que antecedeu o dia 8 de janeiro, Flávio Dino afirmou que não havia recebido alertas da Abin sobre os riscos de violência e depredação. Convocado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados para prestação de esclarecimentos, em 28 de março de 2023, o ministro afirmou textualmente que a Abin não avisou ao Ministério da Justiça sobre possíveis atos de vandalismo. E, confrontado por parlamentares, reiterou o que disse”



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

GONÇALVES DIAS

— Segundo os bolsonaristas, o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional pode ser enquadrado pela “sua completa omissão em relação aos atos de vandalismo, devidamente materializada pela (i) relação amigável que mantinha com os invasores; pela (ii) sonegação dolosa dos inúmeros alertas inteligência recebidos e pelo (iii) não acionamento proposital do plano de operações Escudo do Planalto, o qual, conforme apuração desta CPMI, seria capaz de evitar a ocorrência das depredações sofridas pelos prédios públicos, independentemente de atuação das forças distritais”.



Ed Alves/CB/D.A.Press